



PROCESSO Nº	180.012-4/2024
DATA DO PROTOCOLO	27/2/2024
PRINCIPAL	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO – PREVI-PAZ
GESTOR	JOSAFÁ VIEIRA DE ARAUJO – DIRETOR EXECUTIVO
ASSUNTO	CONTAS ANUAIS DE GESTÃO ESTADUAL – EXERCÍCIO DE 2023
ADVOGADO	NÃO CONSTA
RELATOR	WALDIR JÚLIO TEIS

II. RAZÕES DO VOTO

49. Em conformidade com a competência estabelecida no art. 71, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988), combinado com o art. 47, inciso III, da Constituição do Estado de Mato Grosso e com o art. 50 do Código de Processo de Controle Externo do Estado de Mato Grosso (Lei Complementar Estadual nº 752/2022) e com o inciso II do art. 10 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas atualizado até a Emenda Regimental nº 7/2024 – RI-TCE/MT, passo ao exame das contas anuais de gestão do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Municipais de Peixoto de Azevedo (PREVI-PAZ), referentes ao exercício de 2023, sob a responsabilidade do Sr. Josafá Vieira de Araújo no período de 1º/1/2023 a 31/12/2023.

50. A 2ª Secex elaborou relatório técnico preliminar¹ com base nas informações prestadas a este Tribunal de Contas via sistemas informatizados. O relatório abrangeu a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e de resultados do órgão quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, bem como os achados da inspeção *in loco* realizada. Além disso, o relatório foi confeccionado em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis à Administração Pública e com os critérios contidos na legislação vigente.

51. Nesse relatório, a 2ª Secex identificou **2** (duas) irregularidades, sendo **1** (uma) de natureza grave e **1** (uma) de natureza moderada. Assim, o responsável foi citado e apresentou defesa, a qual foi analisada pela equipe técnica, que entendeu pela manutenção das **2** (duas) irregularidades abaixo elencadas:

RESPONSÁVEL: SR. JOSAFÁ VIEIRA DE ARAUJO – DIRETOR EXECUTIVO

1) Achado de auditoria nº 1: (tópico do relatório preliminar – 3.3.1) LB 99. Previdência_GRAVE. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada

¹ Documento Digital nº 481993/2024.





em classificação específica na Resolução Normativa n. 17/2010 – TCE-MT.

1.1. Não realização do censo previdenciário no mínimo nos últimos 7 anos.

2) Achado de Auditoria nº 2: (tópico do relatório preliminar – 12.1) LC 99. Previdência MODERADA. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa n. 17/2010 – TCE-MT.

2.1. O PREVI-PAZ tem as suas informações adesas ao Portal da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, o qual possui algumas limitações/inconsistências, não apresentando a possibilidade de acessar diversas informações.

52. Na sequência, em conformidade com o art. 109 do RI-TCE/MT, os autos foram remetidos ao Ministério Público de Contas, ocasião em que o Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho emitiu o Parecer nº 5.485/2024², no qual opinou, em síntese, pela aprovação das presentes Contas Anuais de Gestão; pela manutenção das irregularidades LB99 e LC99; pela aplicação de multa ao responsável pela irregularidade LC99; e pela expedição de recomendações.

53. Convém ainda mencionar que, embora notificado para apresentar alegações finais, o responsável não se manifestou, razão pela qual não houve necessidade de remeter novamente os autos ao Ministério Público de Contas após o Parecer nº 5.485/2024.

54. Nessa perspectiva, uma vez que os requisitos para a sua admissibilidade foram satisfeitos, e nos termos do art. 61 do Código de Processo de Controle Externo do Estado de Mato Grosso – CPCEX/MT, Lei Complementar nº 752/2022, passo à análise de mérito das irregularidades mantidas pela Secex, com as manifestações da defesa, as respectivas análises técnicas e, por último, o posicionamento do Ministério Público de Contas.

1. ANÁLISE DAS CONTAS ANUAIS DE GESTÃO

1.1. Irregularidade LB99

RESPONSÁVEL: SR. JOSAFÁ VIEIRA DE ARAUJO – DIRETOR EXECUTIVO

1). LB 99. Previdência GRAVE. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa n. 17/2010 – TCE-MT.

1.1. Não realização do censo previdenciário no mínimo nos últimos 7 anos.

1.1.1. Análise Preliminar da 2ª Secex

55. No relatório técnico preliminar, a Secex afirmou que o PREVI-PAZ não realiza o censo previdenciário a mais de sete anos, infringindo a Lei n.º 10.887/2004.

² Documento digital nº 554265/2024.





1.1.2. Manifestação da defesa

56. O responsável confirmou a informação apresentada pela equipe técnica, ressaltando que, de fato, há mais de sete anos não era realizado o censo previdenciário. No entanto, destacou que a administração, no exercício de 2024, tomou as providências necessárias e contratou uma empresa para a realização do censo por meio do Pregão 001/2024. Arguiu que esse processo foi embasado em um estudo técnico realizado em 11 de março de 2024, com homologação do certame em 29 de abril e formalização da contratação em 30 de abril do mesmo ano.

57. Além disso, informou que toda a documentação referente à contratação está disponível para consulta no portal da transparência, acessível pelo *link*: https://www.gp.srv.br/transparencia_peixotodeazevedo/servlet/licitacoes_v2?3.

58. Anexou, ainda, o Decreto nº 034/2024, de 09 de maio de 2024, que estabelece as normas para a realização do Censo Cadastral Previdenciário dos servidores efetivos ativos, inativos e pensionistas, com o objetivo de validar as informações cadastrais.

59. O responsável enfatizou que as atividades estão transcorrendo conforme o planejamento, com aproximadamente 85% dos funcionários e beneficiários já tendo fornecido as informações requeridas. Dessa forma, com a efetivação da contratação e a realização do censo previdenciário, solicitou a compreensão desta relatoria para considerar a irregularidade identificada como sanada.

1.1.3. Manifestação Conclusiva da 2ª Secex

60. A 2ª Secex analisou a defesa apresentada pelo responsável e constatou que o processo mencionado está em tramitação nesta Casa (APLIC), sendo que a empresa contratada para a realização do censo previdenciário é a Rocha & Oliveira Assessoria e Soluções Ltda. Verificou que, de fato, a documentação referente à contratação pode ser consultada no portal da transparência, e que a contratação ocorreu por meio do Pregão nº 023/2024, no valor de R\$ 74.976,60 (setenta e quatro mil, novecentos e setenta e seis reais e sessenta centavos).

61. No entanto, a análise considerou que o objeto da irregularidade diz respeito ao exercício de 2023 e períodos anteriores, quando deveria ter sido realizado o censo obrigatório previsto no artigo 9º, inciso II, da Lei nº 10.887/2004. Esse dispositivo estabelece





que a unidade gestora do regime próprio de previdência dos servidores, conforme o artigo 40, § 20, da Constituição Federal, deve realizar o recenseamento previdenciário, no mínimo, a cada cinco anos, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do respectivo regime.

62. Dessa forma, concluiu que, embora tenham sido adotadas medidas para a regularização da situação em 2024, a irregularidade de fato ocorreu no exercício analisado (2023), assim, entende que a irregularidade deve ser mantida.

1.1.4. Manifestação do Ministério Público de Contas (MPC)

63. Assim como a 2ª Secex, o Ministério Público de Contas concluiu pela manutenção da irregularidade, pois a ausência de realização do censo previdenciário prejudica a atualização do banco de dados para fins de Avaliação Atuarial, bem como a detecção de fraudes e concessão indevida de benefícios previdenciários.

64. Além disso, salientou que o censo previdenciário é uma determinação legal e está fundamentado no art. 9º, inciso II da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e no art. 15, II da Orientação Normativa nº 02/2009, devendo ser realizado no mínimo a cada 05 (cinco) anos.

65. Dessa forma, arguiu que como a defesa não apresentou argumentos suficientes para sanar a irregularidade, até mesmo reconhecendo a ausência do censo por mais de 7 (sete) anos, o MPC opinou pela manutenção da irregularidade sem aplicação de multa, ante a ausência de erro grosseiro.

1.1.5. Conclusão do Relator

66. Considerando as informações constantes nos autos, observa-se que, de fato, o PREVI-PAZ não realizou o censo previdenciário no prazo exigido pela Lei n.º 10.887/2004, o que resultou na constatação da irregularidade apontada pela Secex e confirmada pelo Ministério Público de Contas.

67. No entanto, deve-se reconhecer que a atual gestão adotou medidas concretas e efetivas para sanar a situação. Conforme demonstrado nos autos, foi realizado um estudo técnico em 11 de março de 2024, que embasou o Pregão n.º 001/2024, culminando na homologação do certame em 29 de abril e na formalização da contratação da empresa Rocha & Oliveira Assessoria e Soluções Ltda. em 30 de abril do mesmo ano. Adicionalmente,





a administração municipal editou o Decreto n.º 034/2024, estabelecendo normas para a realização do censo previdenciário.

68. Ressalte-se que as ações tomadas não ficaram restritas ao plano formal, uma vez que há comprovação de que o processo censitário está em andamento, com aproximadamente 85% dos servidores e beneficiários já tendo fornecido as informações requeridas. Além disso, toda a documentação pertinente à contratação encontra-se disponível para consulta pública no portal da transparência, garantindo a publicidade e a lisura do procedimento.

69. Dessa forma, embora se reconheça que a irregularidade tenha ocorrido em exercícios anteriores, conforme apontado pela Secex e pelo Ministério Público de Contas, a efetiva adoção de providências pela atual gestão demonstra o comprometimento em corrigir a falha e garantir o cumprimento da legislação vigente. Não se pode ignorar o fato de que a irregularidade identificada já está sendo sanada de maneira estruturada e diligente, afastando o risco de continuidade da desconformidade nos próximos exercícios.

70. Porém, diante do exposto, a irregularidade deve ser mantida. Por sua vez afasto a aplicação de multa, uma vez que a atual administração tomou todas as medidas necessárias para a regularização da situação. Recomenda-se, contudo, que seja mantida a fiscalização quanto à conclusão do censo previdenciário e ao cumprimento do prazo legal para futuras edições, a fim de evitar novas desconformidades.

1.2. Irregularidade LC99

RESPONSÁVEL: SR. JOSAFÁ VIEIRA DE ARAUJO – DIRETOR EXECUTIVO

2. LC 99. Previdência MODERADA. Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa n. 17/2010 – TCE-MT.

2.1. O PREVI-PAZ tem as suas informações adesas ao Portal da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, o qual possui algumas limitações/inconsistências, não apresentando a possibilidade de acessar diversas informações.

1.2.1. Análise Preliminar da 2ª Secex

71. Conforme apurado pela SECEX, as informações disponibilizadas pela Entidade no Portal da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo apresentam limitações e inconsistências, impossibilitando o acesso a diversos documentos do PREVI-PAZ, como





receitas e despesas, recursos humanos, certificados e demonstrativos, gestão da carteira do RPPS, reavaliação atuarial e comitê de investimentos.

1.2.2. Manifestação da defesa

72. O Gestor esclarece que a Previdência possui um *site* específico (<https://www.previpaz.com.br/>), onde são publicadas informações gerenciais. Além disso, informa que os dados dos *softwares* contábil, administrativo e de folha de pagamento são acessados através de um *link* associado ao Município.

73. Argumentou ainda que atos relativos à concessão de aposentadoria, gestão, relatórios de investimentos, legislação, reavaliação atuarial, CRP, Conselhos, cartilha e outras informações estão disponíveis no site da PREVI-PAZ.

74. Por fim, destaca que, com base nos princípios da boa-fé, razoabilidade e proporcionalidade, e considerando que as informações do portal da transparência estão sendo atualizadas, solicita a correção da questão apontada.

1.2.3. Manifestação Conclusiva da 2ª Secex

75. Ao analisar as informações disponíveis no site apresentado pelo Gestor (acessado em 16/09/2024), a equipe técnica constatou que ele não atende a todos os requisitos mínimos exigidos pelo artigo 148 da Portaria MTP nº 1.467/2022, conforme já apontado no Relatório Preliminar.

76. Além disso, no endereço vinculado ao Portal da Prefeitura de Peixoto de Azevedo, a SECEX identificou que ainda existem limitações e inconsistências, dificultando o acesso a diversas informações e documentos individualizados do PREVI-PAZ mencionados anteriormente.

77. Diante disso, a SECEX manteve o apontamento inicial, considerando que a ausência dessas publicações compromete o controle social e fere a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), razão pela qual a irregularidade foi mantida..

1.2.4. Manifestação do Ministério Público de Contas (MPC)

78. O Ministério Público de Contas manifesto concordância integral com o entendimento da 2ª Secretaria de Controle Externo, reforçando a importância da





transparência na administração pública para garantir o acesso dos cidadãos às informações e fortalecer o controle social.

79. De acordo com o MPC, o § 2º do art. 8º da Lei nº 12.527/2011 determina que as informações de interesse coletivo ou geral devem ser divulgadas em sítios oficiais na internet, independentemente de solicitação prévia. No entanto, ressaltou que a simples existência de um Portal da Transparência não garante, por si só, o cumprimento efetivo das normas de transparência na gestão pública. Para que esse princípio seja atendido é essencial que todas as informações exigidas pela legislação estejam acessíveis de forma clara e organizada.

80. O órgão apontou que, após buscas realizadas no dia 11/12/2024 no Portal da Transparência do PREVI-PAZ e nos demais sítios eletrônicos indicados pela defesa, verificou-se que diversas informações obrigatórias não estão disponíveis. Diante desse cenário, o MPC defendeu a manutenção da irregularidade LC99 e a aplicação de multa ao responsável, fundamentada no art. 28 da LINDB, no art. 75, III, da Lei Complementar nº 269/07 e no art. 327, II, do Regimento Interno do TCE/MT. Segundo o parecer, a ausência dessas informações configura uma falha grave na gestão do PREVI-PAZ no exercício de 2023, caracterizando erro grosseiro e negligência no cumprimento da legislação.

81. Por fim, o Ministério Público de Contas recomendou que o gestor do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Peixoto de Azevedo – PREVI-PAZ tome as providências necessárias para garantir a disponibilização de todas as informações e documentos exigidos pela legislação no Portal da Transparência. Essa medida deve seguir as diretrizes da Lei nº 12.527/2011, bem como da Resolução Normativa do TCE-MT nº 25/2012, atualizada pela Resolução Normativa do TCE-MT nº 14/2013 e pela Portaria MTP nº 1.467/2022.

1.2.5. Conclusão do Relator

82. Considerando as informações constantes nos autos, verifica-se que o PREVI-PAZ não atende integralmente às exigências de transparência previstas na legislação vigente, em especial no artigo 148 da Portaria MTP nº 1.467/2022 e na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Conforme apurado pela 2ª Secex e pelo Ministério Público de Contas, persistem limitações e inconsistências no acesso às informações essenciais da entidade previdenciária.





83. Embora o gestor tenha apresentado argumentos defensivos, destacando a existência de um site específico para a Previdência e a atualização gradativa das informações no portal da transparência, a análise técnica constatou que os dados disponibilizados ainda não atendem plenamente às exigências normativas. A ausência de informações completas sobre receitas e despesas, gestão da carteira do RPPS, reavaliação atuarial e outros elementos compromete o controle social e dificulta o acompanhamento da gestão previdenciária pelos segurados e demais interessados.

84. Diante desse cenário irregularidade permanece, e por sua vez constata-se a necessidade de adequação do Portal da Transparência do PREVI-PAZ às normas legais. No entanto, considerando que há esforços em andamento para corrigir as deficiências apontadas, ao invés da aplicação de multa ao responsável, deve ser determinada a implementação das adequações necessárias para garantir a integralidade e acessibilidade das informações exigidas.

85. Dessa forma, conclui-se pela manutenção da irregularidade, mas transformando a penalidade sugerida em determinação, com vistas à efetiva regularização da situação e ao fortalecimento da transparência na gestão previdenciária.

86. Assim sendo, com base no acima exposto profiro o meu voto.

III. DISPOSITIVO DO VOTO

87. Pelo exposto, com base no art. 5º, II, e 62, II e III, da Lei Complementar Estadual nº 752/2022 (Código de Controle Externo do Estado de Mato Grosso), c/c com o art. 163 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso atualizado até a Emenda Regimental nº 7/2024, acolho parcialmente o Parecer Ministerial nº 5.485/2024, da lavra do Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho e, voto no sentido de julgar **REGULARES, COM RESSALVAS**, as contas anuais de gestão do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Peixoto de Azevedo – PREVIPAZ referentes ao exercício de 2023, sob a responsabilidade do Sr. Josafá Vieira de Araújo no período de 1º/1/2023 a 31/12/2023.

88. Voto, ainda pela manutenção das irregularidades LC99 e LB99 sem aplicação de multa, apenas com expedição da seguinte determinação com fundamento no art. 22, I e II,





da LO-TCE/MT:³

a) determinação à atual gestão do PREVI-PAZ para que:

a.1) Providencie a atualização do *site* do PREVI-PAZ, com observância ao artigo 148 da Portaria MTP nº 1.467/2022 e ao artigo 8º, § 2º, da Lei nº 12.527/2011, a fim de que sejam incluídas todas as informações exigidas sobre receitas, despesas, recursos humanos, certificados e demonstrativos, gestão da carteira do RPPS, reavaliação atuarial e comitê de investimentos, garantindo a transparência e o cumprimento da legislação vigente.

É o voto.

Cuiabá/MT, 22 de abril de 2025.

(assinado digitalmente)⁴

WALDIR JÚLIO TEIS

Conselheiro Relator

³ **Art. 22** Para efeitos desta Lei Complementar, consideram-se: (Redação dada pela Lei Complementar nº 752, de 19 de dezembro de 2022 – DO 1º.2.2023 - edição extra):

I - recomendações, as medidas sugeridas pelo Tribunal para o aperfeiçoamento das práticas administrativas relativas às contas públicas; (Acrescentado pela Lei Complementar nº 752, de 19 de dezembro de 2022 – DO 1º.2.2023 - edição extra);

II - determinações, as medidas impostas pelo Tribunal para fins de atendimento da Constituição, da Lei ou de outro ato normativo e regularização das contas e das práticas administrativas. (Acrescentado pela Lei Complementar nº 752, de 19 de dezembro de 2022 – DO 1º.2.2023 - edição extra).

⁴ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

